

54ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONFEMA, REALIZADA NO DIA 5/05/2017.

Ivan Cáceres (Coordenador) - 54ª reunião plenária extraordinária que se realiza no dia 5 de maio, sexta-feira, às 9:00. Peço verificar o quórum: três Conselheiros. Mas, de qualquer forma, como não há quórum nesse momento, nós abrimos uma reunião de trabalho, porque não é uma reunião deliberativa; é uma reunião de apresentação dos projetos. A reunião deliberativa é posterior à reunião de apresentação, porque nós vamos fazer esse tratamento com o controle social, com os Conselhos Gestores, com o CONFEMA e com o CADES. Fazer uma apresentação prévia, de maneira que os Conselheiros tenham a apreensão do que vai ser votado na reunião seguinte. Não é aqui chegar aqui de supetão e imediatamente colocar em votação sem ter dado a oportunidade do Conselheiro e das próprias áreas técnicas de expor os seus pontos de vista sobre os projetos. Então, não há quórum, mas fica registrado que é uma reunião de trabalho, Ok? Eu peço que depois que seja feita a cópia do que foi discutido aqui, embora não tenha a validade de uma plenária. Não havendo quórum, eu não vou pedir sugestão de inclusão de pauta; eu vou pedir, nesse momento, então, que o diretor do FEMA... Tem condições de fazer a apresentação, Manu? Apresentar as diretrizes do FEMA e, na sequência, os projetos para 2017, antes esclarecendo que os projetos do FEMA, eles não surgem da vontade dessa ou daquela pessoa, eles surgem da necessidade da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Todos os projetos que serão apresentados aos Senhores e às Senhoras foram deliberados conjuntamente com todas as áreas técnicas envolvidas, em reunião no Gabinete do Secretário, com a presença do Secretário, da Chefe de Gabinete, e de todas as áreas que participaram e informaram as suas necessidades e as suas prioridades. Com base nisso, e disponibilidade de recursos, nós estamos fazendo a apresentação desses projetos. É a nossa obrigação. Uma outra coisa que está sendo observada nesses projetos. As diretrizes do FEMA são definidas pelo CADES; é o CADES quem define. Não sai da cabeça desse Diretor, ou daquele, ou daquele outro; são diretrizes aprovadas em plenário do CADES - e que foi trabalhosa a aprovação - porque nós costumamos a participação dos Conselheiros do CADES que, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de opinar, propor alterações, supressão ou adição nas diretrizes do FEMA. E foi aprovado por unanimidade pelo colegiado, pelo CADES. Então, as diretrizes do FEMA são definidas por um colegiado e também pelo controle social. Feito esse esclarecimento, eu peço que o Manu com brevidade faça a apresentação das diretrizes do FEMA e dos projetos, rapidamente, para que as áreas possam se manifestar e expor, Ok?

José Manuguerra (CONFEMA) - Bom dia a todos. Eu peço desculpas antecipadamente pela voz; eu estou bastante gripado, mas vamos em frente. Esta apresentação, conforme o Coordenador Ivan passou, foi realizada dia 26, na reunião do CADES, onde nós obtivemos aprovação das Diretrizes do FEMA. Então, eu vou fazer uma apresentação bastante rápida, reproduzindo o que foi apresentado nessa data. Foi feita uma breve apresentação do DPP, demonstrando as duas áreas que o compõem: o CADES e o FEMA. Rapidamente, a lei que criou e regulamenta o FEMA, a Lei 14.887, de 2009 - pode seguir; o artigo 60 da lei define, claramente, que as Diretrizes do FEMA são fixadas pelo Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente. Pode seguir, Fernando, por favor. O artigo 57, o artigo que a gente mais se prendeu, ele diz onde os recursos do FEMA podem ser utilizados. Basicamente, em dois casos: o desenvolvimento de planos, programas e projetos e, segundo, controle, fiscalização e defesa do meio ambiente. Por que que está grifado planos, programas e projetos? Porque essa redação se repete em diversas Diretrizes que foram aprovadas pelo CADES. Em 2015, foi promulgada a lei chamada Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O FEMA, como ele realiza diversos convênios com essas entidades, naturalmente deve atender aos requisitos dessa lei. Em seu artigo 2º, a lei especifica o que é atividade e o que é projeto. Essa diferença é muito significativa: atividade é o conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, ou seja, são atividades continuadas, perenes, enquanto o projeto é o mesmo conjunto de operações, porém limitadas no tempo, ou seja, projeto possui início, meio e fim; atividade não. O FEMA não realiza atividades. O FEMA realiza planos, programas e projetos e, de acordo com o Marco Regulatório, fica bem claro onde os recursos do FEMA podem ser utilizados. Por que eu fiz questão de frisar isso, Senhores Conselheiros? Houve um trabalho realizado por um grupo de trabalho no CADES, em 2016, onde foram questionadas diversas Diretrizes. Pô, vocês estão usando os recursos do FEMA para qualquer coisa, não está de acordo, vamos realizar uma revisão das Diretrizes. Esse trabalho

chegou ao nosso conhecimento no início de 2017, agora no início da nova gestão, e, com base nesse trabalho, foram feitas algumas reuniões com Conselheiros do CADES para chegar a um consenso do que se poderia e não se poderia colocar nessas Diretrizes do FEMA. Foram reuniões bastante calorosas, por assim dizer, mas muito produtivas, e nós chegamos no modelo final que, como o Ivan já passou, foram aprovadas por unanimidade. As Diretrizes foram divididas em seis temas: áreas verdes, educação ambiental, água, consumo e descarte sustentável, mobilidade e mudanças climáticas. São 24 diretrizes divididas nesses seis temas, e basicamente em todas existe a redação planos programas e projetos, deixando bastante claro que o FEMA não realiza atividade continuada e sim programas com início meio e fim. Dezoito desses projetos nós vamos ver hoje nessa reunião informativa, para posterior deliberação dos Conselheiros. Vocês querem que eu passe as Diretrizes uma a uma? Sim, perfeitamente. Elas foram publicadas no Diário Oficial na sexta-feira passada, eu posso encaminhar...Perfeitamente, por favor. Fernando, por favor encaminhe as Diretrizes para todos os Conselheiros no final da reunião. Vamos lá. Primeira Diretriz do tema áreas verdes: proteção e defesa a biodiversidade (fauna e flora), áreas verdes e parques urbanos lineares e naturais. Segunda: apoio junto a políticas habitacionais necessárias à implantação de áreas verdes e proteção de áreas de relevância ambiental. Terceira: apoio à criação, implementação de reservas particulares de patrimônio natural. Quarta: apoio a políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos, projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais e pagamentos de serviços ambientais. Isso é muito importante aos proprietários das áreas prestadoras. Quinta: apoio à implantação de sistema de monitoramento de áreas verdes e da degradação da cobertura vegetal. Sexta: apoio a planos e iniciativas de expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidades de conservação e parques urbanos lineares e naturais. Muito importante observar que planos e iniciativas de expansão, manejo e conservação não são atividades continuadas; são atividades basicamente de expansão, como a própria Diretriz diz, e recuperação da qualidade ambiental. Sétima: fortalecimento do sistema de fiscalização e controle pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Oitava: recuperação e revitalização de áreas de competência da Secretaria do Verde e Meio Ambiente degradadas e/ou contaminadas, inclusive em função de acidentes naturais. Próximo tema: educação ambiental. Temos duas Diretrizes. Nona: apoio a projetos e iniciativas de educação ambiental, no sentido mais amplo. Décima: apoio a iniciativas com o propósito de contribuir para uma convivência socioambiental sustentável e pacífica na cidade de São Paulo, articulando temas ambientais e a cultura da paz e não violência, disseminando conhecimento e tecnologias de mediação de conflitos. Terceiro tema: água. Décima primeira Diretriz: proteção dos recursos hídricos, também num conteúdo muito amplo. Décima segunda: apoio a projetos, programas e ações de prevenção e combate às enchentes, incluindo atividades de educação e comunicação, proteção e recuperação de nascentes e sistemas de drenagem e captação de água da chuva. Quarto tema: consumo e descarte sustentável. Décima terceira Diretriz: incentivo a planos, programas e projetos ligados à ecoeconomia, apoio a planos, programas e projetos de implantação de Ecopontos, reciclagem e reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, incluindo campanhas educativas e comunicação. Essa Diretriz fica bastante claro que não são atividades continuadas e, sim, programas com início, meio e fim. Uma campanha tem que ser mensurada após um certo período, ela não pode ser algo perene, desrespeitando o Marco Regulatório. Décima quinta Diretriz: apoio a políticas de incentivo a sistemas produtivos de baixo impacto ambiental. Quinto tema: mobilidade. Décima sexta Diretriz: apoio a programas e campanhas para uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, em edificações e demais sistemas urbanos. Décima sétima: apoio a planos, programas e projetos para o uso de modalidades não motorizadas de transporte, incluindo campanhas educativas e comunicação. Décima oitava: apoio a planos, programas e projetos de meios alternativos de mobilidade urbana. Décima nova: apoio a planos, programas e projetos de modalidade alternativa de transporte sustentável. Último tema: mudanças climáticas. Vigésima: apoio a projetos e iniciativas para uma melhoria da qualidade do ar e utilização de energia limpa, incluindo campanhas educativas e comunicação. Vigésima primeira: apoio a planos, programas e projetos de prevenção e combate às mudanças climáticas. Vigésima segunda - eu falei para vocês que eu ia repetir várias vezes, né? - apoio a planos, programas e projetos para a minimização de emissão de gases de efeito estufa. Vigésima terceira: apoio a planos, programas e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao controle do adensamento construtivo, a impermeabilização do solo e a consequente produção de ilhas de calor urbano. Vigésima quarta

e última Diretriz: apoio a planos, programas e projetos para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento e precipitações meteorológicas, incluindo inventários e diagnósticos necessários. Essas Diretrizes foram, como o Ivan já colocou, aprovadas por unanimidade, porém foram feitas algumas sugestões de redação, pequenas alterações de vírgula, palavra, acentuação sem, no entanto, alterar o conteúdo das Diretrizes. Essa revisão será apresentada na próxima reunião do CADES e, posteriormente, publicada no Diário Oficial. Alguma dúvida? Ok? Obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Eu peço que....Há quórum agora? Fernando, continua três? Ok, então continua a reunião de trabalho. Agora vamos à apresentação dos projetos. Como nos vimos nas Diretrizes do FEMA, em nenhum momento fala em utilização de recursos para ação continuada, inclusive há ressalvas do Tribunal de Contas a respeito disso e recomendação expressa do Ministério Público do Estado de São Paulo a respeito disso. Os recursos do FEMA são utilizados para projetos e não para ação continuada. Então é a lei que está aí feita. É recomendação de duas Cortes e não está nas Diretrizes do FEMA aprovadas pelo CADES despesas de ação continuada. Bom, eu acho que cada área agora pode fazer a sua exposição. Não sei como é que fica a ordem...Fernando primeiro ou como é que faz? Tem uma ordem já? Já existe uma ordem? Então o primeiro projeto é o da planilha. É isso? É o projeto-piloto de monitoramento de parques e áreas verdes da Cidade de São Paulo com a utilização de imagens de satélite tratadas por algoritmos. Fernando expõe?

Fernando - Bom dia a todos. Esse projeto basicamente atende ao item 1.5 das Diretrizes do FEMA, que é o monitoramento de áreas verdes e proteção também à biodiversidade. A ideia aqui é utilizar algoritmos, inteligência artificial, no sentido de você monitorar as áreas vezes e também áreas de invasões, mananciais etc. Isto é, monitorar antes que ela ocorra, porque? Porque esses algoritmos agora que são utilizados, ele consegue identificar o início de uma devastação. O cara começa aquela famosa, que a gente chama aqui, desmate formiguinha, né, Ivan? Onde você começa vagarosamente a destruir a mata virgem e aí, a hora que você percebe, ou quando algum fiscal porventura aparece, ou alguma denúncia, você já tem 50, 60 casas lá e aí é praticamente impossível você eliminar essa ocupação irregular. E mesmo porque você já acabou com a árvore, né? Aí já não tem mais muito o que fazer. Esse processo... o satélite fica passando em cima aqui da cidade de São Paulo, pode ser semanalmente ou a cada 10 dias, você ensina o computador - porque aqui não é na verdade foto. Ele usa a foto, dá um tratamento com algoritmo nessa foto e aí você ensina o computador a pensar que aquela árvore daqui da Mata Atlântica ela estava lá, só que daqui a uma semana, naquele pixel, ela não está mais. Automaticamente ele manda um sinal aqui para a Secretaria ou para a Guarda Municipal Metropolitana no sentido de falar: "olha, aqui está ocorrendo uma devastação". E a ideia é também é ensinar o telhado de uma casa. Aqui no Brasil a gente está acostumado com telhado de zinco ou qualquer outro tipo outro tipo de coisa. Aí você ensina o computador a pensar que aquela casa de fibrocimento, aquele telhado de fibrocimento, é algo novo naquela posição e aí, automaticamente, ele também ele avisa que ali começou uma construção irregular. Isso serviria tanto para nós quanto para a Secretaria de Urbanismo, área de transportes etc. Essas são as tendências de políticas públicas que a gente já falou aqui. É recursos, mudanças climáticas e também a questão do consumo. Estão cada dia mais importantes. Essa é uma empresa que a gente está contatando, ela fica em São Francisco e ela consegue identificar... aqui é uma plantação de milho no Corn Belt americano, na região de Iowa etc. onde você tem uma plantação de milho com doença. Então vocês percebem aqui que essa área aqui está muito boa, né? Por que? Porque ela mede a concentração de clorofila. O satélite consegue identificar a concentração de clorofila em cima do milho; então, se essa concentração não está muito boa é porque vai ter doença e a produção de milho naquele ano vai ser ruim. Com isso eles conseguem identificar a produção de milho, soja, trigo etc. A ideia nossa é trazer o mesmo conceito para as nossas florestas, isto é, quando a produção de clorofila não está boa naquele pedacinho é porque aquelas árvores ali estão doentes. Aí, automaticamente, você vai lá e faz uma ação no sentido de prevenir a doença ou que ela se alastre. E aqui é só uma fazenda que eles têm... a quantidade de computadores para processar tudo isso, porque, na verdade, você pega a imagem do satélite, mas não fica ninguém ali em cima da imagem como é feito aqui hoje, o negócio do INPE etc., vendo, olhando se tem algum problema. O computador, essa quantidade de gigantesca de computadores que está fazendo essa informação, que está processando esses bilhões de *teraflops* de informação. Não é o ser humano, você elimina o fator humano e deixa a máquina pensar. E para isso eles precisam dessas fazendas gigantescas de computadores. Aqui

você pode perceber a devastação... eles conseguem medir exatamente o que está acontecendo, só que isso é online. Não é como aqui, por exemplo, que depois de seis meses o IBAMA descobriu, Ivan, que estava devastada a área e aí fala: "puxa, devastaram aquela área"! Acabou. Aí já foi. Você cortou, não tem como recuperar mais. Aqui já foi. Então ele percebe quando o cara está entrando dentro da floresta e começa a cortar as primeiras árvores para fazer a extração de madeira ilegal. Essa é que é a grande vantagem desse sistema. Eles olham também a questão da água, eles podem mapear a concentração de água num reservatório etc. Essa é uma outra - DigitalGlobe -, que ela faz, ela mapeia 3 milhões de quilômetros quadrados por dia do planeta e as imagens dela chegam com 30 cm de resolução. A gente não precisa tudo isso. Nós aqui com.. eu acredito que com 2 metros já será suficiente para os nossos compromissos aqui. Essa é outra, também para parques, que a gente está pensando em trazer: um balão estacionário a 300 metros, com câmeras de alta resolução, inclusive infravermelho, para ver se o cara está invadindo à noite.. ela consegue localizar. Descartes Labs, que a gente teve uma conferência com eles ontem lá nos Estados Unidos, eles estão bastante interessados em fazer algo com São Paulo e São Paulo ser um case para eles venderem e esse tipo de tecnologia no mundo todo, porque hoje eles trabalham no Hemisfério Norte. Então São Paulo Seria a primeira cidade no Hemisfério Sul com quem eles gostariam de trabalhar. Bom, é basicamente isso. Em resumo: a ideia é você utilizar a máquina, eliminar o ser humano dessa parte mais mecânica, e que tem erros, e agilizar o processo. Não descobrir uma invasão depois de seis meses, mas descobrir uma invasão praticamente entre uma e duas semanas, isto é: no início do processo. Aí você consegue atuar e consegue diminuir, obviamente, o dano ambiental. Obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Eu peço aos Senhores e Senhoras se tiverem alguma dúvida, alguma pergunta, o Secretário Adjunto está aí para responder. Alguma dúvida? Podemos passar para o seguinte, então? O próximo aqui é implementação de projeto, defesa e proteção de patrimônio ambiental visando a contenção de erosão no Viveiro CEMUCAM. É DEPAVE. Aí já abre todos... Perfeito, correto. Então arquiteta Tamires, pelo DEPAVE, fazendo a apresentação.

Tamires (DEPAVE) - Então, vou apresentar - são cinco projetos de DEPAVE... Pode passar... e seu enquadramento na legislação, você já falou...Pode passar... São cinco: é o Planetário do Parque do Carmo e do Ibirapuera, Parque Jacques Cousteau, Parque Tatuapé, Parque Aterro Sapopemba e o Parque CEMUCAM. Pode voltar lá no primeiro. Nesse projeto que a gente apresentou, ele já é mais específico, não é exatamente de Obras, de DEPAVE. O que acontece é o seguinte: os dois planetários atualmente estão vulneráveis quanto à questão elétrica deles. Dentro de cada um deles tem um equipamento que é o planetário em si, que é um equipamento caríssimo, que é o que faz toda a projeção. Atualmente, os dois planetários não têm geradores, eles não têm *no-breaks* e tem muita flutuação de energia. Então hoje eles estão completamente desprotegidos. A proposta que a gente encaminhou foi da aquisição, da compra de dois *no-breaks*, de dois geradores, instalação e reparos elétricos para a gente não correr o risco de perder esses dois equipamentos, que são dois equipamentos, como todo mundo sabe, que compõem a UMAPAZ, que é o nosso Departamento de Educação Ambiental. Os dois planetários são importantíssimos ali dentro. Volta lá no planetário, desculpa. Só para vocês saberem, o valor da ação está previsto R\$ 1.074.000,00, só para vocês terem noção de valor. Pode passar para o próximo. O próximo é o Jacques Cousteau. Esse daí já é um problema ambiental complicado para a gente. O Jacques é um parque que fica na Capela do Socorro. Todas as galerias de águas pluviais da região, ali do entorno, elas desaguam dentro do parque; então atualmente o lago que tem ali dentro ele está servindo praticamente como um piscinão e isso tem prejudicado muito o parque. Como vocês podem ver nessa primeira foto, que está alagado ali, ali embaixo também... Na foto de baixo, onde está alagado, seria o passeio do parque; então, qualquer chuva que dá alaga e ninguém mais passa e tem um ponto de erosão que cresce a cada dia. A cada chuva esse ponto de erosão vem crescendo e prejudicando a área do parque. Então esse valor que a gente colocou ali, de R\$ 250 mil, é para a contratação do projeto do desvio das galerias para a gente conseguir salvar essa área e não perder essa área que é tão importante para a gente. Só para vocês terem noção, essa área tem diversas nascentes, tem cinco nascentes, tem um córrego que passa nela e tem esse lago. Então é uma área bem frágil. Pode passar para o próximo... Outro é o Parque Tatuapé, que também já tem outra característica de ação. O Parque Tatuapé é a antiga... ele fica no Tatuapé, próximo ao Parque do Piqueri. Ele é a antiga Praça Lions Clube Penha. Esse parque foi parcialmente implantado, eles simplesmente cercaram na gestão passada e ficou a

área aí largada e sem nenhuma adequação da área para a utilização tanto da população quanto para dar suporte à Secretaria do Verde para fazer a gestão da área. Atualmente, a gente tem corrido risco de invasão na área tanto de, enfim, de diversas ocupações. Atualmente, quando a gente vai, a gente encontra muito morador de rua e muito cachorro de rua no parque; então ficou uma área largada. A gente precisa fazer alguma coisa ali para não perder essa área. O projeto contempla os caminhos, os estares, equipamento de ginástica para terceira idade e uma guarita com sanitário. É uma intervenção mínima, para a gente garantir a utilização da área, e o valor é de R\$ 441 mil. O Parque Aterro Sapopemba é uma área ali embaixo, como vocês podem ver toda a implantação do parque, ele era um antigo aterro. É numa região extremamente frágil da cidade, fica no extremo da Zona Leste, e a gente tem um problema do gradil do parque, numa extensão até que considerável, que a gente tem tido histórico de ocupação na área. Ali tem córrego, tem brejo, e aí é uma área também, não só aí perto do parque, mas toda essa região de Sapopemba, que é uma área de descarte irregular. Então a gente está correndo o risco sempre de as pessoas jogarem lixo, fazerem qualquer tipo de descarte, porque ali no trecho de cima é só um trecho onde conseguiram tirar algumas partes do gradil, mas um pouco mais para frente a gente está completamente sem gradil. No começo do ano, a gente teve uma tentativa de ocupação dentro do parque que, por sorte, a gente conseguiu tirar e a gente precisa também fazer, colocar esse trecho de gradil urgente, antes que a gente corra o risco de ter uma ocupação séria aí. Como vocês podem ver, é uma área muito grande e muito frágil, que a gente não pode correr o risco de perder. Está orçado em aproximadamente R\$ 256 mil. E o próximo, o Parque CEMUCAM, é uma contenção de erosão especificamente dentro do viveiro. O Parque CEMUCAM é um parque que fica no Município de Cotia, mas a área é da Prefeitura de São Paulo. No CEMUCAM está localizado um dos nossos três viveiros, e o Viveiro do CEMUCAM é o único viveiro que a gente tem que produz arbóreas. E a gente está com essa erosão que cresce a cada dia e ela já está comprometendo as passagens do viveiro. Então, se a gente não conseguir fazer isso o quanto antes.. É um valor até que pequeno, R\$ 87 mil, mas que a gente tem que correr com isso antes que a gente perca o próprio viveiro e comprometa toda a produção de arbóreas no Município de São Paulo. Então o DEPAVE 1 é isso, se precisarem de mais alguma informação estou à disposição.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Todos os projetos cuidam da defesa, preservação e proteção do patrimônio ambiental. Isso é inegável, a arquiteta acabou de mostrar. É a nossa obrigação, é obrigação do FEMA proteger e garantir a preservação do patrimônio ambiental. É nossa obrigação. Isso não é uma ação continuada. É um projeto de mitigação, seja por fator natural ou fator humano ou social ou seja o que for, é nossa obrigação. Então, perfeito. Alguma indagação? Alguma dúvida? Pois não, Marcelo.

Marcelo - Tamires, eu queria saber se nesse projeto, no caso do Jacques Cousteau, vai ter também algum estudo inicial para desassoreamento, uma vez realizada... o desvio da drenagem pluvial. O Secretário falou há pouco tempo comigo sobre isso, sobre técnicas de desassoreamento - eu tenho alguma experiência com lagoas.. Então acho que era importante pensar uma segunda etapa.

Tamires (DEPAVE) - Sim, nesse projeto que a gente está pleiteando, sim, a gente tem... vai ser considerado o estudo do do desassoreamento do lago, até porque ele é fundamental. Ali a gente tem uma fauna que é muito específica - para quem não sabe, é o único parque que tem jacaré. Então, o desassoreamento do lago está previsto o estudo, sim, que é desvio das galerias e o estudo do...projeto, né? Do desvio das galerias e do desassoreamento.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Mais alguma dúvida a respeito? Então vamos ao seguinte, que seria... O Aterro Sapopemba já foi. Esse projeto de ações para implementação, difusão e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município de São Paulo. Acho que esse nós podemos falar, né, Manu? O que acontece: o Município de São Paulo, por força de lei federal, existe lei estadual, ele é signatário e inclui nas suas políticas públicas os 17 ODS. Inclusive conta do plano de metas do Prefeito os 17 ODS, como ações intersecretariais, quer dizer, cada Secretaria da administração pública tem o seu olhar olhando os 17 ODS naquilo que compete a cada uma delas. Obviamente, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, pela própria natureza e ação que ela desenvolve, ela vai participar dessa coordenação dos ODS no território do Município. Já existe uma minuta de decreto que foi encaminhada ao Prefeito. Nesse decreto

sugere-se a participação de todas as Secretarias do governo nesse colegiado, e a coordenação, como sugestão também, ficaria com a Secretaria de Governo ou outra que entenderem necessário e a secretaria executiva que vai operacionalizar o ODS no território, é a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Essa articulação está sendo feita no Município para que a gente acerta os ponteiros aqui em casa, internamente, para depois partirmos para uma ação conjunta com o Governo do Estado. Então as ações de ODS, aquilo que o Estado está fazendo junto com Município, contempla alguma ODS? Sim. Então nós temos uma série de ODS que já vêm sendo contempladas, que estão nas ações, que estão inclusive em alguns projetos aí; então nós vamos eliminando isso aí e cumprindo as metas propostas pela agenda 2030. Então vai ser uma ação conjunta do governo municipal, ele já... numa fase de alinhamento para poder mensurar isso aí e, numa etapa seguinte, ações conjuntas com o Governo do Estado, onde nós temos muitas parcerias. Bom, conclusão: para implementação dos ODS nós estamos realizando encontros periódicos com os Conselhos Gestores, com os CADES regionais, e serão feitos quatro grandes encontros na cidade de São Paulo. O primeiro é o Macro Leste, depois vai ter o Centro-Oeste, o Norte e o Sul. São encontros regionais de capacitação. Cada encontro desse deve ter em torno de 200/300 pessoas ou mais. Em novembro, o grande encontro municipal de todas as regiões de São Paulo. Esse é um grande encontro, porque a previsão é de um público maior, que, de fato, é difundir a necessidade da implementação dos ODS no território de São Paulo, explicando o que é ODS, como se atinge a meta, qual o papel da Prefeitura de São Paulo nessa política pública. Em novembro é feito esse grande encontro com todas as quatro regiões de São Paulo, então para isso são necessários recursos de aporte para confecção de material, local, café para receber Conselheiros da cidade toda. Se tiverem alguma dúvida... O próximo seria o projeto de licenciamento ambiental, que é o projeto de modernização dos equipamentos, sistema de informatização do licenciamento ambiental. Alguém para falar sobre esse projeto? Rubens? Ok.

Rubens (DECONT) - Bom dia a todos, meu nome é Rubens e eu estou aqui representando o DECONT. O projeto, na verdade, é de fortalecimento dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental do Município de São Paulo, então ele não se refere somente ao DECONT, mas também aos DGDs, que é o órgão hoje que é responsável pela fiscalização. A ideia do projeto na verdade ela surgiu até antes de o próprio Secretário assumir a Secretaria, numa conversa que eu tive com ele e ele me perguntou qual era o grande gargalo no DECONT, ou pelo menos na área que eu trabalho, que é área que eu mais conheço, no licenciamento ambiental, e aí um dos gargalos que nós temos seria a questão dos equipamentos e de capacitação dos servidores que trabalham na área. E aí ele me pediu que eu desse alguma sugestão para que a gente pudesse resolver esse gargalo. E aí eu pensei na possibilidade - eu e uma equipe, não sozinho -, pensamos numa possibilidade de fazer um ciclo de capacitação e aquisição de equipamentos que atendessem a necessidade. O DECONT trabalha com imagens, trabalha com geoprocessamento e nós não temos um computador, por exemplo, que consiga rodar um programa de geoprocessamento por mais simples que ele seja. Isso vem ao encontro também do projeto de imagens, que foi o primeiro projeto apresentado, que a gente utiliza muitas imagens no DECONT. Então a proposta surgiu dessa conversa com Secretário. Pode passar. O objetivo geral do projeto é aprimorar, por meio da disponibilização de infraestrutura, os procedimentos relativos às atividades desenvolvidas pelo DECONT e o DGD. Com isso a gente proporciona maior infraestrutura, aprimoramento dos conhecimentos técnicos dos servidores envolvidos do processo, aumentar a capacidade de análise de processos de licenciamento, aprimorando o cadastramento de multas, análise de recursos, formulação de Termos de Ajustamento de Conduta, controle de áreas contaminadas; então o DECONT tem várias atuações na área do controle ambiental, e esse projeto contempla todas essas atuações. E um outro objetivo específico é aprimorar o sistema de fiscalização do DGD, que hoje conta com equipes sediadas em vários pontos da cidade e que necessitam também de um mínimo de infraestrutura para poder executar as suas tarefas básicas. Bom, eu vou continuando aqui enquanto o equipamento retorna...A gente fez um diagnóstico muito rápido do DECONT, como é que ele se encontra hoje e nós temos ali para análise, só no licenciamento ambiental no DECONT, em geral, cerca de 3.200 processos que estão para dar andamento e a gente não tem condições de agilizar o atendimento desses processos. Os principais motivos são a falta de infraestrutura e da capacitação de mais pessoas para poder ajudar no licenciamento ambiental, no controle de áreas degradadas - áreas contaminadas, desculpe. Os DGDs hoje estão em vários pontos da cidade, a comunicação é precária com esses núcleos de gestão por conta da falta de infraestrutura, no próprio DGD, a falta de comunicação

entre Secretaria e o DGDs... Então os equipamentos, a proposta de infraestrutura vai facilitar muito e agilizar muito o trabalho também dos núcleos. Pode passar. Bom, do projeto, ele tem algumas atividades. A primeira é a capacitação dos servidores do DECONT, em parceria com a UMAPAZ. A gente já vem realizando e vai reforçar o processo de capacitação de licenciamento ambiental, que esse curso é em parceria com a UMAPAZ e a UMAPAZ abre não só para os servidores esse curso de licenciamento ambiental, mas também para a população, porque entendemos que é importante capacitar aquele consultor, aquele empresário que precisa do licenciamento ambiental, de como ele tem que fazer para conseguir atingir os objetivos dele, licenciar de uma forma correta e ágil a sua atividade. A atividade dois, que é a capacitação dos Servidores do DGD, seria um ciclo de palestras dos próprios servidores para servidores, então aqueles mais experientes passando para os menos experientes o seu conhecimento. O custo mínimo é mínimo, porque vai dispendir só de uma sala, de um equipamento que a Secretaria já possui e do conhecimento dos próprios técnicos. E a atividade três seria a aquisição de equipamentos e suprimentos visando dar suporte administrativo e material para o trabalho desses dois departamentos. Para isso, a ideia seria a aquisição de computadores do DECONT na quantidade de 123 computadores, sendo 83 destinados à substituição de equipamentos já obsoletos, que são aqueles que não rodam os programas de geoprocessamento ou o meu, por exemplo, que eu tive que copiar essa apresentação num outro computador porque ele não reconhece o pen drive, mas tudo bem... E 40 destinados a acréscimo, por conta de servidores que a gente tem que compartilhar às vezes um computador, em determinados momentos, porque não tem computador suficiente. Isso com os padrões da Prefeitura, aquisição de equipamentos nos padrões da Prefeitura, que são determinados pela Unidade de Informática. Para o DGD, seriam 137 computadores, sendo 77 para também para substituição e 60 destinados a acréscimos, para que a gente possa equipar os núcleos para que eles possam trabalhar de uma forma mais eficiente. E material permanente seria... aqui constam decibelímetros, mas foi retirado do projeto original porque a Secretaria já possui, então a gente não vai gastar dinheiro com que a Secretaria já tem, mas trenas a laser, lanternas, que são coisas básicas, mas que não tem, equipamento de proteção individual, principalmente para o pessoal da fiscalização que, eventualmente, tem que entrar em algum lugar, precisa de bota, precisa de capa de chuva; então seria o material básico para isso. Pode passar. Eu fiz um cronograma das atividades, então esse projeto teria duração de nove meses. Por que esse tempo? Porque nós temos as capacitações, que leva... a de capacitação do licenciamento ambiental, por exemplo, são seis semanas. Então se começar no segundo semestre, a gente vai ter aí pelo menos uns dois ou três meses de capacitação. O ciclo de palestras também tem que ser organizado... Então o projeto tem nove meses. Nós teríamos primeiro as capacitações da fiscalização e do licenciamento, o processo de aquisição de computadores, que começaria logo no primeiro mês e foi estendido por quatro meses, que é o prazo da licitação, de montagem do processo e licitação, e a aquisição dos outros materiais também. Depois nós temos o acompanhamento do projeto, que vai por todo o período do projeto, a expedição de relatórios, que é a forma de controle que nós temos - saber se as atividades estão sendo realizadas a contento ou não - e a expedição de um relatório final, que seria um retorno para esse Conselho de todas as atividades e dos resultados dessas atividades. O custo do projeto - o que nós temos de mais caro aí no projeto são R\$ 910 mil, que é uma estimativa de R\$ 3,5 mil para cada computador, isso com base nos preços nas atas de RP da própria da própria Prefeitura; e os outros custos foram estimados com base em preço de mercado. O total do projeto seria R\$ 916.910,00. Eu queria chamar a atenção para um detalhe: esse projeto ele acaba se pagando, porque é um dinheiro que vai sair do caixa do FEMA, vai ser investido, mas a cobrança das tarifas públicas, dos preços públicos, por uma análise de um de um projeto, de um licenciamento, por exemplo, industrial, ele retorna para o próprio FEMA. Então, nós conseguirmos dar vazão para aqueles 3.200 processos e considerarmos aí uma média de R\$ 500, em média, por cada preço de tarifa pública, a gente já consegue retornar para o FEMA cerca de R\$ 1,5 milhão, que é mais do que já foi investido no projeto. Fora isso, não é um objetivo da Secretaria, mas faz parte, a aplicação de multas, e as multas ambientais também retornam para o FEMA. Então é um recurso a mais que entra no FEMA. Então esse é um o projeto que, embora a gente esteja utilizando nesse primeiro momento um valor para estruturar a fiscalização e o licenciamento ambiental e as outras atividades do DECONT, ele automaticamente se paga num período muito curto de tempo. Em menos de um ano, talvez a gente já tenha recuperado os R\$ 910 mil. Essa é a nossa meta.

Basicamente é isso. Teria muito mais coisa para falar, mas o tempo também é curto. Fico aberto para perguntas. Alguma dúvida? Temos duas. O Luiz Augusto primeiro. Por favor.

Luiz Augusto – Existe alguma possibilidade desses computadores serem destinados a algum setor que não o DECONT e o DGD?

Rubens (DECONT) - A princípio, a ideia é reforçar o DECONT e o DGD, as atividades do DECONT e do DGD para que a gente possa otimizar esses trabalhos e desafogar aquele gargalo que foi conversado com o Secretário inicialmente. Com relação à distribuição para outros departamentos, não está previsto, mas se for uma determinação da administração, da Secretaria, foge ao nosso controle, mas a princípio o que está previsto é DECONT e DGD.

Orador não identificado – Minha pergunta e é também são dois pontos. O primeiro é na linha do Luis, talvez, Ivan, a gente sabe que os outros departamentos têm uma carência muito grande, especialmente de computador, principalmente agora que tem uma diretriz muito clara de usar o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e a gente vai ter na Secretaria inteira muito computador... departamentos com muita dificuldade de rodar o SEI, além do DECONT e do DGD. Isso é muito vital também para o restante dos projetos da Secretaria. E o segundo ponto que eu gostaria de colocar, principalmente em relação à fiscalização, que a gente teve a oportunidade de conhecer melhor no fim do ano passado, eu acho que uma coisa que eu acrescentaria no projeto é, depois dessas capacitações, a necessidade de publicação de manuais de procedimento de fiscalização. Isso já está começando a ser feito pelo Walter, no DGD, junto com o Milton, porque eu tenho a sensação de que é importante ter a capacitação, mas enquanto isso... essas capacitações não se transformarem posteriormente numa padronização de procedimentos de fiscalização, ainda a gente vai continuar com um gargalo muito grande de fiscalização pela falta de harmonização dos procedimentos, não só de fiscalização, mas como os procedimentos administrativos. É uma sugestão, eu acho que valeria muito a pena colocar um trabalho que já está sendo feito dentro do projeto, que é a publicação, via portaria, desses manuais de procedimentos de fiscalização.

Rubens (DECONT) - Com relação aos computadores, a gente sabe que a carência de computadores é grande na Secretaria inteira, mas a proposta foi feita com base na disponibilidade de recursos, que não é muito grande, do FEMA. O FEMA hoje tem uma restrição muito grande com relação a recursos - já estivemos melhores, hoje já nem tanto - mas a gente procura atender ao máximo a demanda. Se eventualmente o Secretário falar bom, desses computadores todos eu vou destinar, sei lá, cinco 5 para a DAF por conta de agilizar o processo, porque a Secretaria depende muito de DAF, DAF é o coração da Secretaria, digamos assim, sem ela ninguém funciona, fica aí a critério do Secretário. A princípio, o projeto é de fortalecimento do DECONT. Isso é o que a gente quer garantir. Com relação aos manuais ou procedimentos, na verdade são atos da própria Secretaria, que já vem sendo feitos, já estão sendo pensados, mas que a gente acata essa sugestão e pode colocar na programação do ciclo de capacitação do DGD que os próprios membros, ou quem esteja dando curso ou quem esteja participando da capacitação, que ajudem na elaboração desse documento, desse material. Então eu vou acrescentar, para quando vier para votação efetivamente do CONFEMA, já vai estar acrescentado a elaboração de... não sei se manual, ou de orientações, diretrizes básicas.. Eu não sei o nome que vai ser dado, mas a gente já inclui. Agradeço a colaboração com o projeto. Mais alguma dúvida? Ok, obrigado. Desculpe eu ter me estendido um pouco.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Rubens, pelo seu esclarecimento. Só informando: esse projeto se enquadra no item 7, no item 1, tema áreas verdes, item 7 - fortalecimento do sistema de fiscalização e controle pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente nas Diretrizes que foram aprovadas pelo CADES. Passando ao seguinte, seria implementação de projeto educativo sobre a importância defesa da fauna silvestre com a promoção de festival demonstrativo. Então a UMAPAZ, quem... Você vai fazer? Seu nome, por favor.

Priscila Col Del Nero (UMAPAZ) - Meu nome é Priscila Col Del Nero, eu estou representando a UMAPAZ. Muito bom dia. Esse festival, que a gente intitulou de "Que Bicho É Esse" para chegar bastante no coração das pessoas...Pode passar, por favor. O nosso objetivo é sensibilizar e mobilizar as pessoas para o conhecimento, o respeito, o cuidado com os animais silvestres que vivem no território da cidade. As pessoas não conhecem o que a gente tem, elas não conhecem a

fauna silvestre e tampouco sabem lidar com elas quando têm encontros ou acidentais ou propositais. Pode passar, por favor. Nossa base de justificativa é da quantidade de animais que foram inventariados. O último inventário saiu agora, foi publicado neste ano, e a gente tem uma quantidade bem grande de animais dessa lista que estão em perigo. As pessoas não conhecem, e a Divisão de Fauna recebe muitos animais que poderiam simplesmente se resolver sozinhos na vida natural. Então, por desconhecimento da população a Divisão de Fauna tem muito mais trabalho. Isso poderia ser menos, eles poderiam receber menos trabalho, porque a gente sabe que só tem uma veterinária ali na divisão que recebe o socorro, a Adriana, no Hospital Anhanguera um pouco mais, tem mais disponibilidade, mas a educação ambiental aí ela entra como um fator primordial. A gente quer que as pessoas entendam a importância do respeito a qualquer forma de vida e para isso, para cuidar, a gente entende que é preciso conhecer. Pelo conhecimento, pela sensibilização, pela educação ambiental que chega ao coração a gente acredita que a gente pode mover as pessoas a um cuidado. Pode passar, por favor. Então aqui, essa foto é do Museu de Zoologia da USP, eles estão com essa apresentação permanente que chama "Biodiversidade: conhecer para preservar", que é justamente o que a gente estava falando, certo? Essas duas imagens são de lá. Por favor... Aqui algumas fotos, aqui a Divisão de Fauna do Ibirapuera, ali uma foto do Parque Anhanguera, falando dos atendimentos...Por favor... Uma questão muito importante, que eu tenho conversado pessoalmente com o pessoal da Divisão de Fauna, é a possibilidade de desdobramentos futuros e de ações que possam vir a ser implementadas, como, por exemplo, a soltura, a liberação de animais, a devolução para natureza daqueles animais que chegaram à Divisão de Fauna. Eles acreditam, assim como nós da educação, que isso também é um elemento muito importante sensibilizador, ou seja, a partir da nossa proposta, que é o festival, nós poderíamos implementar algum projeto, alguma saída que pudesse trazer as pessoas para esse momento. A Divisão de Fauna tem essa vontade, e seria uma coisa fácil, é só uma questão de se organizar, mas isso realmente marca. A pessoa que participa de uma soltura, realmente é sensibilizador. Por favor. Aqui são algumas imagens da página da Divisão de Fauna, porque realmente as pessoas não sabem o que fazer, certo? E também.. E agora? A partir do momento que eu deixei o animal ali, qual é o caminho que ele vai seguir? Então nós gostaríamos que as pessoas fossem informadas, gostaríamos de dar à luz o trabalho da Divisão de Fauna, essencialmente. É tudo gratuito. As pessoas também não sabem disso, e a gente precisa desse fortalecimento, dessas ações. Então o nosso objeto, a gente pensa em uma exposição interativa sobre a biodiversidade em São Paulo, focalizando nos animais e pensando na presença, explicando onde eles estão, como eles estão, o status de conservação para as pessoas conhecerem e a relação que eventualmente esses animais podem ter na nossa vida, no nosso cotidiano. A gente pensa nessa exposição acontecer no Parque Ibirapuera e usar a UMAPAZ, a Marquise, o estacionamento e um espaço próximo, justamente na frente do planetário, a serraria e também a OCA. Seria um evento que teria duração de três dias (sexta, sábado e domingo), das 10:00 às 18:00. Por favor. Pensamos em tendas, que poderiam ser colocadas nesses espaços que eu mencionei, em seguida vou passar o mapa do parque para ficar mais claro... Essas tendas poderiam ser fechadas com aquelas lonas para eventualidades de chuva e tudo isso. Também foi pensado um sistema interativo de totens, esses *touchscreen* onde as pessoas podem ter acesso a joguinhos, adivinhações e à informação. A gente sabe que a gente está vivendo num mundo dessas características, então teria de ser desenvolvido um *app* para o desenvolvimento desse software. E esse *app* posteriormente poderia estar disponível na página web, poderia estar disponível na página da Secretaria. Então aqui... pensamos também fazer em parcerias com os museus e os institutos de pesquisa que têm animais taxidermizados. Acreditamos que existe essa importância. As pessoas... tudo bem, entrar em contato com as fotos é muito bacana, mas é muito legal também se a criança, se o jovem pode olhar um pouquinho mais de perto esses animais taxidermizados. Isso seria feito em parceria, Ok? Por favor. Acreditamos que esse projeto estaria justo em consonância com as metas propostas pelo Secretário, isso foi frase dele retirada do próprio site de preservação da biodiversidade da cidade e mobilização da cidade em um amplo projeto de educação ambiental, é por isso. Então o cidadão que está andando com a sua família nesse dia, nesse final de semana, no parque, ele vai ver que alguma coisa ali diferente está acontecendo, certo? Por favor. Então, o público seria espontâneo, estimulado pela publicidade do evento. Focaríamos também em escolares e educadores e aos Conselheiros do CADES. Então aqui só uma tabelinha rápida dos objetivos gerais e os específicos, contribuição da educação ambiental dos municípios, informação mais detalhada sobre

essa biodiversidade, está em consonância com as propostas da Secretaria e apoiar a Divisão de Fauna que a gente tem falando bastante. E também existe o desejo de a gente criar um espaço na própria UMAPAZ chamado Ciência Cidadã. Isso seria, a exposição seria um minicongresso daqueles pesquisadores dedicados à preservação, à conservação da biodiversidade. Eles apresentariam pôsteres, como se fosse um congresso científico, mas é para a população, com linguagem para o munícipe e daí também a gente pensa em outros desdobramentos futuros, que é o cidadão participar do levantamento do inventário. Como? Eventualmente ele está no seu jardim e encontra uma ave ali. Ele poderia entrar em contato com o pesquisador responsável por aquele grupo de pesquisa e só falar "olha, no dia tal tinha uma ave aqui". É a ciência cidadã que a gente precisa estimular. A academia precisa chegar perto da educação ambiental. Por favor. A gente também pensa em atividades de música, de dança, bastante material com estratégia muito lúdica e visual, como a gente falou antes, um concurso de mascote - que já aconteceu, que a onça ganhou, a sussuarana, me parece em 2011/2012 - , a gente faria de novo para estimular os escolares a esse conhecimento, trazer o pessoal da Divisão de Fauna para interagir com o público e o minicongresso que eu já citei. Agora eu vou passar para a leda, que vai contar para a gente um pouquinho da nossa proposta orçamentária. Ah sim, por favor, é verdade. Passa dois. Essa. Obrigada, é verdade, ficou por último. Então aqui o mapa do parque, então aqui a Ciência Cidadã, aquele minicongresso que eu citei, aqui onde vivem esses animais. Falaríamos dos locais, dos biomas também e de onde vivem, centrando, claro, no bioma Mata Atlântica que estamos, depois a gente passaria à exposição dos trabalhos científicos que a gente... trabalho científico aqui e depois...aqui seria a tenda das artes, que a gente citou, onde aconteceriam música, evento de pintura de carinha, de rosto, para as crianças, danças, e tudo isso na frente do Auditório. Aqui Onde Vivem, na frente do planetário, aqui Quem São, do lado do Museu Afro, e também pensamos na utilização da Oca para trazer aquele material dos museus - nós entendemos que eles têm que estar protegidos. Nas tendas que propusemos talvez não sejam os melhores locais, precisamos de segurança, de guardas e de toda aquela história; então a Oca poderia ser um local para isso. Por favor, leda.

leda (UMAPAZ) - Bom dia. A gente só vai complementar assim: que esse evento é um evento de grande impacto, pela questão da necessidade da sensibilização, como a Priscila falou, para a comunidade, para a cidade de São Paulo. Ele vai acontecer em três dias, e a gente tem um levantamento que o Ibirapuera, por final de semana, espontaneamente, recebe cerca de 150 mil pessoas; então a gente estaria aumentando essa circulação em termos de um trabalho de imprensa, de mídia, com as escolas, professores e educadores. Ele acontece em sete espaços sendo que seis vão acontecer concomitantemente na sexta, no sábado e no domingo, e o espaço que é das artes, que teria shows, que teriam atividades lúdicas, de pintura, com artistas fazendo cortejos e divulgando, ele vai ser no encerramento. A gente frisa que a questão está em consonância com a meta, que é preservar a biodiversidade da cidade, mobilizar com ações educacionais de grande impacto, e com a Diretriz 1 do FEMA, que é proteção e defesa da fauna. A proposta orçamentária tem um valor de R\$ 650 mil. A gente dividiu de recursos humanos, entre curadoria, equipe técnica de produção de conteúdo, com uma equipe de ecólogos, veterinários, biólogos, sociólogos, uma equipe de produção de designer gráfico, de informática, produtor cultural, até porque a gente vai ter a criação do *app* interativo dos totens, que vai ficar isso como um legado para a própria Secretaria, uma equipe de produção de comunicação e assessoria de imprensa, uma equipe de monitoria de estudantes nível universitário e uma equipe de orientação e acompanhamento dos monitores, que vão estar fazendo esse trabalho nesses seis espaços que vão acontecer concomitantes na sexta, sábado e domingo. Então a gente vai ter educadores orientando a população e chamando ela a participar, por isso que ele tem um grande impacto de fazer esse movimento dentro do parque e com aqueles que já vêm interessados no festival. Então aí a gente vai depois até encaminhar para o FEMA o detalhamento certinho desse orçamento. A gente fez uma primeira prévia. Você passa para mim, Ray? E a questão dos recursos materiais e equipamentos, que é desde a questão de gráfica, para elaboração dos painéis, banners, adesivos, folhetaria, *flyers* que vai que vão ser montados em cada um dos palcos das tendas, a locação de tendas, totens e mobiliários para fazer acontecer esse processo, que ele é estritamente educativo, então ele é de interação, é de participação dessa população que vai estar circulando por todos os sete espaços, e a locação de equipamento de som e iluminação, porque a gente vai ter sete tendas que vão ter que ter uma infraestrutura e ter uma finalização com show e com ações de arte para o público que for participar. Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Ieda, obrigado, Priscila. Se alguém tiver alguma dúvida a respeito disso... Fernando, por favor.

Fernando - Parabéns, realmente é muito interessante, faz parte da estratégia da Secretaria nesta gestão a proteção da biodiversidade, tão relegada e tão desconhecida na cidade de São Paulo, que possui em torno de 1150 espécies, principalmente da Mata Atlântica e do Cerrado. Eu tenho algumas oportunidades de melhoria aqui, que eu gostaria de dividir com vocês. Primeiro ente que eu senti falta, na verdade, seria a questão do tráfico de animal na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo, junto com o Rio de Janeiro, são os dois grandes destruidores da fauna brasileira através do tráfico, que começa tanto no Piauí quanto em Feira de Santana, na Bahia. Infelizmente, São Paulo é campeã nessa destruição, porque é aqui que se compra. Eu senti falta disso, de as pessoas entenderem que não é só preservar o que está aqui dentro, mas o que vem de fora. Isso é um ponto que eu acho interessante. Outra ação que eu sugeriria - fortemente, aliás - é a questão da unidade de fauna no Anhanguera. Temos que fazer ações lá também, na periferia. Lá tem um belo anfiteatro e nada como você ver... bacana banner, empalhado, etc, mas para uma criança, ela ver um animal ali queimado ou alguma coisa assim, ou tratamento veterinário no centro cirúrgico, isso marcará muito mais do que um banner e é mais barato e mais eficaz. Então eu sugiro que coloquem-se ações também lá no Anhanguera. Senti falta da mídia online: você usar as redes. É muito mais barato, você faz com o celular. Nós temos aqui na Secretaria, aqui embaixinho da gente aqui, um Departamento que é expert nisso, pode ser utilizado a custo zero. Temos somente que colocar as pessoas adequadas para se comunicarem. Novamente, custo zero, e jogar isso nas redes, como já estamos fazendo. Outro ponto que para mim é essencial. Tudo bem, Ibirapuera, pá, pá, pá, mas os grandes crimes ambientais na cidade de São Paulo não ocorrem na Zona Sul, ocorrem principalmente nas periferias, margeando represa, margeando Rodoanel. É ali onde você tem o atropelamento, vocês têm os macacos, os bugios, estão sendo eletrocutados, existe a caça... Desculpe, mas tem caça em São Paulo. Os caras saem à noite para caçar. É um show de horrores. Então. é lá que é ocorre isso, não é no Ibirapuera, não é no entorno. Apesar de o Ibirapuera receber 150 mil pessoas por fim de semana, será que essa pessoa é o meu público-alvo? Essa é a pergunta que eu colocaria. Talvez meu público-alvo esteja lá na periferia, e o ideal seria levar para lá também. E outro ponto que eu acho interessante seria unir forças, no Ibirapuera, com o SOS Mata Atlântica. Eles já fazem o Viva a Mata, eu acho que agora talvez no próximo mês, será o grande evento, então a minha sugestão é que se coloque não todas essas tendas aí, porque eu acho um pouco exagerado, pelo valor, inclusive, mas dividir tendas que eles já vão montar com alguns desses itens que vocês colocaram aí. Só nesse sentido. Obrigado.

Priscila Col Del Nero (UMAPAZ) - - Do tráfico, realmente é uma questão muito importante, e a gente pensou em fazer a tenda Como Eles Estão, o status de conservação, incluir a essa história do tráfico, que é muito séria. Então estaria contemplada aí. Em relação a ações no entorno do hospital do Parque Anhanguera, sim, estou plenamente de acordo, e o que poderia ser feito é o todo material gerado ser destinada para ali, nos anfiteatros, deixar ali disponível para aquela população e inclusive posteriormente pensar numa ação dessa natureza lá. Então a gente já geraria esse material, já seria pago, então só reutilizaria. Os *apps* irem para as redes, fantástico. E o desenvolvimento disso, trabalhar com as parcerias internas, também, certo? Isso perfeito, isso é importantíssimo e vai ficar à disposição. Público-alvo da periferia, a questão de ser no Parque Ibirapuera, eu acredito que esse projeto pode funcionar como um piloto. Dando certo, entendendo como ele funciona, e avaliando quais foram os resultados, sim, poderíamos e deveríamos. A questão é que... é verdade. As pessoas da periferia são as que mais estão em contato com esses animais e mais estão ali vendo ou participando do seu mau trato, só que é informação, e tem muita gente estudada, com dinheiro, e que não sabe, que maltrata. Eu acho que gente tem que abranger todos esses universos. E unir forças, perfeito. Fizemos uma lista de todas as organizações que potencialmente poderiam estar conosco nesse evento. A SOS Mata Atlântica seguramente é uma dessas. A gente também quer dar à luz a essas organizações, fazer a população conhecer o trabalho que elas têm feito. Fariamos uma seleção daquelas que são tradicionais e que têm um trabalho sério, inclusive centro de recuperação, de pessoas, de municípios que tiram seu próprio dinheiro do estão e estão tentando entrar para ajudar. Isso são informações da própria Divisão de Fauna. Agradeço as contribuições, Senhor Fernando, estão aqui anotadas. Mais alguém?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Antes de passar para o Luan, me corrija se eu estiver errado, Fernando. É o Fernando aqui do FEMA. Há quórum, Fernando? Ok. Neste momento eu converto a reunião de trabalho, eu peço que conste isso, a reunião de trabalho na 54ª reunião plenária extraordinária, que se realiza no dia 5 de maio de 2017, sexta-feira. Convertida em 54ª reunião plenária extraordinária. Bom prosseguindo, com a palavra o Luan.

Luan (Secretaria de Gestão) - Dois tópicos muito rápidos. Eu vi que no orçamento de vocês há os totens. Vocês previram a locação. Eu ia sugerir que vocês pesquisassem talvez a compra porque eu acho que não é um valor expressivo e pode ser uma ação permanente, porque vocês.. imagina que a UMAPAZ tenha 10 totens. Esses 10 totens futuramente vocês podem fazer mini-intervenções em escolas e aí, sim, agir nas periferias, fazer mini-instalações em qualquer um dos parques que a gente tem, que sejam itinerantes, você pode uma rodada: fica um mês em determinado lugar, fica um mês...Eu acho que é um custo pequeno diante da possibilidade. A questão do aplicativo, eu vi ali também R\$ 20 mil para o aplicativo, me parece o valor bastante baixo, porque eu acho que vale a pena investir num aplicativo. Por exemplo, se você pegar a adolescência - eu fui professor de ensino médio durante cinco anos -, se um aplicativo que construa um jogo realmente que una informação, mas que seja um jogo no sentido da qualidade do jogo enquanto ferramenta, talvez também valha a pena investir em um aplicativo realmente mais robusto, porque isso também tem uma potência muito, muito, muito grande, eu acho, em relação à transmissão da informação da fauna. É uma ação que vai ter uma perenidade e uma entrada muito grande no público de ensino médio, principalmente.

Ieda (UMAPAZ) - Eu só queria para finalizar, eu acho que é importante a gente falar que até a questão do aplicativo e a parceria que se tem de trazer o público de escolas ele pode reverberar, num segundo momento, de você conseguir chegar na periferia com esses aplicativos nas escolas, que é um desdobramento desse trabalho, independente de quem vai no evento no Parque Ibirapuera também ter acesso da periferia. Acho que tem esse pensamento do desdobramento que esse projeto pode ter. E a gente até, só de custo, a gente já conversou com o Ray de que a gente vai detalhar esse orçamento e aí a gente pode até ver, com mais tempo, o custo de locação e compra para a gente poder encaminhar para vocês. Obrigada.

Fernando - Só como um retorno para você desta administração. Se vocês porventura apresentassem esse projeto hoje para o Prefeito João Doria, ele não seria aprovado. Só como um retorno, como um feedback para você. Se você hoje for lá no Gabinete dele, tiver 20 minutos para apresentar esse projeto, ele não seria aprovado pelos motivos que eu expus aqui. Tanto é que qualquer ação hoje... você pode até fazer no Ibirapuera, mas tem que ter como contrapartida 4/5 parques na periferia. Essa é uma demanda da administração.

Ivan Cáceres (Cordenador) - Prosseguindo, o próximo projeto é o projeto de implementação do inventário de gases de efeito estufa previsto na política de mudança do clima no Município de São Paulo. O Marcelo do DEPLAN...Ah, a professora Laura está aqui. Ok? Bom, está aqui a professora Laura Ceneviva, do DEPLAN, para comentar sobre o projeto, informando que o seguinte: a verba destinada para a execução desse projeto ela já é uma verba própria, é um recurso próprio, específico, destinado para isso. Esse recurso não pode ter outra destinação a não ser essa questão de projetos, incluindo a área de fiscalização ambiental, projetos sobre a qualidade do ar. Então esse recurso não pode ser modificado ou utilizado para outra finalidade. Com a palavra a professora Laura. Por favor.

Laura Ceneviva (DEPLAN) - Bom dia a todos os presentes, Conselheiros... Eu fui no Martinelli e só cheguei agora. Por isso é que eu estou assim. Primeira coisa, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia não é do DEPLAN. Eu respondo pelo Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, que é vinculado ao Gabinete. É esse aqui, pera aí. Como o Ivan já tinha dito, a lei do Fundo é bastante específica quanto às possibilidades de aplicação. No entanto, no caso do inventário de gases de efeito estufa, a Política Municipal de Mudança do Clima, por sua lei, já mandou, como está ali no parágrafo 1º, dizendo que o recurso do FEMA vai ser usado para elaborar, a cada cinco anos, um documento de comunicação contendo inventários de emissões antrópicas por fontes e de remoções antrópicas por sumidouros de gases do efeito estufa, bem como informações sobre as medidas executadas para mitigar e permitir a adaptação à mudança do clima. Esses são os documentos a serem produzidos, sendo que o inventário, em realidade, acaba - vamos dizer assim - se destacando, mas o inventário ele é um capítulo do documento

formal, que é a comunicação municipal. É de se dizer para os Senhores que não tem no Brasil uma comunicação municipal realizada. Ela foi concebida a par do processo mundial das questões ligadas à mudança do clima, que são as comunicações. No caso, o Brasil faz comunicações nacionais. Ele faz a comunicação nacional para a nós, sociedade brasileira, de mesmo modo que faz a comunicação brasileira à Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas. E no caso, a ideia da lei da Política Municipal de Mudança do Clima é vincular o inventário à comunicação e a Prefeitura diz à sociedade paulistana "estou fazendo isso e aquilo, sequestro de carbono, emito tanto, diminuí a minha emissão etc." É isso. E o FEMA deverá financiar. A lei diz isso. Vai no próximo. Só para esclarecer: o primeiro inventário é o quadradinho verde em cima. Ele se dedicou apenas ao ano de 2003. A metodologia ainda era do IPCC de 1996, e foram inventariados apenas dois gases. Já o segundo inventário, que é o documento publicado, esse lilás em baixo, ele cobre todos os gases submetidos a controle pelo Protocolo de Kyoto, e ele cobriu o período de 2003 a 2009, sendo o que nos setores energia e resíduos tem uma ampliação para 2010/2011. Como a lei fala que é de cinco em cinco anos, em tese o inventário teria sido realizado para 2010 a 2014. Naquela época nós começamos o trabalho para realizá-lo, mas até agora não foi possível fazê-lo e, na medida que nós já estamos em 2017, provavelmente o recomendável é fazê-lo de 2010 a 2016, pelo menos. Com uma novidade: os Senhores veem que o primeiro, o segundo inventário, foram feitos na metodologia do IPCC, que é a metodologia oficial de comunicação dos países e dos setores à Convenção do Clima. Em novembro de 2014, na COP de Lima, no Peru, foi aprovada uma segunda metodologia chamada GPC que é Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Emission Inventories, que se destina a recortes territoriais e subnacionais. Então, pode seguir. O inventário que a gente está propondo e postulando recursos do FEMA ele está sumariado aqui, é só para questão documental, eu acrescentei. Ué, não está descendo? Aqui a definição mais específica dos produtos que compõem o inventário, mas eles estão sumariados. Nesse slide aqui. É o seguinte: ele é composto, a postulação de que o dinheiro vai pagar, são 20 subprodutos, sendo que a gente vai fazer o inventário segundo as duas metodologias internacionais existentes: IPCC e GPC. Por que nós tomamos essa decisão? Poder-se-á dizer é "trabalho dobrado". Não é trabalho dobrado. Tem algumas razões para essa opção. A primeira delas é que o Brasil e Estado de São Paulo fazem o inventário de emissões pela metodologia IPCC. Então, nós vamos fazê-lo novamente para ter uma comparabilidade muito maior com aquilo que o Brasil e o Estado de São Paulo fazem. No entanto, considerando a dedicação e o esforço de, provavelmente, passar a estabelecer para recortes subnacionais a metodologia GPC, também adotamos fazê-la, e nós vamos ter, ao longo do tempo, um documento de amarração que tem o mesmo resultado por uma metodologia e por outra. E depois dessa elaboração poderemos decidir de fato como é que a gente vai prosseguir. Só para esclarecer: a coleta de dados é a mesma, as equações básicas são as mesmas para calcular as emissões ou as remoções de carbono, mas - e aí mora o perigo, porque é uma trabalhadeira danada - a forma de agregação dos dados, isto é, a forma pela qual os relatórios serão elaborados é complexa e muito diferente, muito diferente. Embora, vamos dizer, os inputs iniciais sejam os mesmos, o resultado final é bastante diferente. Depois também está sendo contratada a proposta de texto para as comunicações municipais. A comunicação é um ato de governo; então, o governo diz à sociedade o que é que ele está fazendo; portanto, a gente não poderia contratar a comunicação ela mesma, mas uma proposta de texto, e o governo vai ter que ratificar essa proposta de texto. E tanto faremos a comunicação municipal de 2003 a 2009 quanto esta de agora, de 2010 a 2016. Depois, a elaboração da estimativa de redução de emissões decorrentes da implementação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Isso é importante. As duas emissões maiores do Município de São Paulo, que compõem 98% das emissões, são energia, principalmente transporte e resíduos. O Plano Municipal de Resíduos vigente ele prevê, até 2034, apenas 20% do lixo gerado vai para aterro, portanto, a gente tem uma diminuição enorme de minimização de emissões de metano, que são aquelas geradas nos aterros. Mas a Prefeitura de São Paulo está fazendo um trabalho muito interessante. É só vocês pensarem quantos bilhões de seres humanos temos, só pensa no século 20. Quantos bilhões de seres humanos têm no planeta? E a gente come. Estão vivos por que comem, e comem uma coisa que está tirando o carbono do solo. E como é que esse carbono volta para o solo? Para quem acompanha, por exemplo, as questões de agronomia, vamos dizer, você ouve falar em nitrogênio, fósforo e potássio. Você ouve falar de micronutrientes, mas a volta do carbono orgânico para o solo não se fala, e a Prefeitura de São Paulo está investindo nesse processo através da

compostagem. Então, a estimativa da redução de emissões, que a implementação total do plano vai implicar. Depois, tem um estudo sobre o estado da arte das questões da mudança do clima em sua relação com a cidade, que é o processo Inicial que vai detonar o processo de elaboração do inventário. O estudo sobre metas de emissão, o inventário existente mostrou que dizer "não, a cidade de São Paulo vai ter essa meta de emissão ou aquela", isso não é tão simples assim; então, tem que contratar um estudo que veja como as metas de emissão podem ser propostas. E ser um instrumento de controle da sociedade sobre os governos e, ao mesmo tempo também, é claro, um instrumento de governo que oriente as ações. Depois, a consulta pública sobre a versão preliminar do inventário, a realização de seminários intermediários que vão articular com a sociedade e aos interessados as eventuais contribuições, a produção dos inventários das comunicações, em papel e digital. E a gente estima cerca de R\$ 2 milhões de custo, mas não há referências de mercado suficiente para fazer estimativa mais exata. Se alguém tiver interesse em olhar editais de contratação de serviços dessa natureza, a gente encontra fundamentalmente o de Goiânia, o de Fortaleza, tem o de Belo Horizonte, tem outras cidades que não é tão fácil assim achar o edital, que é Campinas. O Rio de Janeiro fez com apoio, o consórcio do ABC está fazendo com apoio, enfim, não há referências no mercado brasileiro para uma estimativa real. É mais fácil estimar um viaduto. O mercado sabe como faz um viaduto, mas ninguém sabe quanto custa fazer um inventário dessa natureza. O ideal seria que a Secretaria ela mesma - do modo, aliás, que o Brasil e o Estado de São Paulo fazem - tivesse equipe dedicada ao tipo de trabalho, mas a gente não tem condição de fazer esse trabalho aqui. É por isso que ele deverá ser contratado e é por isso que, principalmente, Senhores Conselheiros, nós postulamos o pedido do recurso que a lei nos determina fazer. Muito obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Laura. Alguém tem alguma pergunta, alguma dúvida? Só reforçando o que a Laura acabou de dizer: esse projeto, esse item, ele tem um capítulo próprio nas Diretrizes do FEMA, que é o item 6 - tema mudanças climáticas. Tem todo um capítulo, são cinco tópicos, que trata do tema mudanças climáticas, então está de acordo com as Diretrizes do FEMA. O seguinte seria projetos. Como vocês estão observando dentro dessas prioridades que foram definidas entre os Diretores, e depois com a chancela do Secretário, foram definidos projetos de várias áreas da Secretaria. Não foi apenas uma área. Foram vários Departamentos, vários setores da pasta que foram contemplados. O Secretário chamou a atenção e recomendou o interesse da Secretaria nos projetos apresentados pela sociedade civil, embora os recursos sejam mínimos. Então nós temos três projetos aqui que vão ser submetidos edital, obviamente, e a sociedade civil se manifestar. O primeiro deles é o projeto de fomento ao mapeamento e roteiros turísticos com iniciativas socioambientais na cidade de São Paulo, tendo como foco ao estímulo ao ecoturismo para a geração de trabalho, renda e educação ambiental. A ideia desse projeto é conhecer o que se faz em São Paulo, como, por exemplo, na região de Parelheiros os projetos de agroecologia, na Zona Leste e por aí afora, sem contar as nossas reservas naturais. É você estabelecer essa ligação com a comunidade escolar e outras, enfim. E o segundo projeto, que também vai para edital para a sociedade civil é o projeto de criação de centros de apoio da agricultura urbana em todas as regiões da cidade de São Paulo, capacitando a população para o plantio de alimento, cuidado do solo, do ambiente urbano e para a compostagem de resíduos. Quer dizer, tem tudo a ver com a agroecologia, segurança alimentar, alimentação correta e saudável. É uma questão que já existe lei no Município para isso, incluindo alimento orgânico na merenda escolar, então esse projeto está consoante às Diretrizes também. E o terceiro que vai para sociedade civil é o projeto-piloto de formação e implantação de horta escolar pedagógica e educação alimentar e nutricional. Como previsto no programa, tendo como foco estratégias pedagógicas de educação ambiental, ou seja, levar à escola, levar ao estudante da rede municipal. Isso aí será feito em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, de maneira que a criança já tenha contato com a terra, com o manejo, com o cultivo, como você vai combater a praga... E os exemplos mostram que a criança quando ela planta, quando ela mexe, ela lida com a terra, ela cuida... Criança não gosta de cenoura, beterraba, essas coisas. Eles correm disso, né? Mas quando eles plantam - e são depoimento que a gente vê nas escolas - eles comem beterraba, eles comem a cenoura, eles comem as verduras. Rúcula, por exemplo. Eles não gostam, eles não comem. Porque eles estão plantando, entendeu... É estimulante você colocar esses projetos. Então esses três projetos que eu acabei de relatar vão para a sociedade civil. Bom, qual é o próximo aqui? O próximo seria projeto de investigação em área de interesse ambiental objeto de ocupação irregular na Avenida Presidente Wilson, 6741, Vila Independência.

Alguém para falar desse projeto? Ah, Rosimeire. Pois não. Aí você já fala dos três de DECONT, Ok?

Rosimeire - Bom dia a todos, sou Rosimeire do DECONT 2. O DECONT 2 está apresentando três projetos de investigação ambiental, ou seja, para avaliação de contaminação em três áreas que se encontram desagradadas e que, para sua recuperação, numa primeira fase seria a investigação do solo e das águas subterrâneas para constatar contaminação. A fundamentação do projeto, como já foi dito aqui, está nas Diretrizes do FEMA, que é a recuperação e revitalização de áreas degradadas e/ou contaminadas de competência da SVMA. O objetivo geral do projeto é realizar investigação ambiental em áreas suspeitas de contaminação. Na verdade, são três áreas, e duas delas já têm confirmação de contaminação. Então a gente só vai fazer complementações que estão sendo solicitadas com o propósito de realizar o diagnóstico ambiental para a revitalização das mesmas. Ou seja: para a gente poder fazer um projeto de recuperação, para poder reutilizar essas áreas, a gente tem que saber a extensão da contaminação e a gente tem que saber os riscos que essa contaminação representa para eliminá-los, para que possam ser usadas sem risco pela população. Pode voltar um pouquinho. Como eu falei anteriormente, a investigação ambiental ela é uma primeira fase de um projeto maior, que é a revitalização dessas áreas, mas nesse momento a gente vai estar fazendo só a investigação, que pretende revitalizar áreas que hoje se encontram degradadas e que têm potencial de serem áreas utilizadas como áreas verdes pelo Município. São três as áreas: uma na Presidente Wilson, que a gente chama lá no DECONT como Rua Willy, uma área é localizada a Rua Coronel Sezefredo Fagundes, e na Avenida Embaixador Macedo Soares, que é antiga usina de compostagem. São três áreas que elas têm ações tanto do Ministério Público quanto da CETESB contra a Secretaria, que estão cobrando a investigação. São três áreas que têm projetos de recuperação bastante antigos, mas que não têm se viabilizado porque o DECONT tem tentado, mas não tem conseguido viabilizar a contratação desses serviços, então por isso que a gente está colocando esses projetos dentro do FEMA. A primeira deles é a Rua Willy, que é essa área demarcada em laranja. A área de investigação é toda essa área demarcada em laranja. Hoje ela é parte, ela tem uma ocupação irregular. Ali aquele traço amarelo é o que a gente chama de Rua Willy e abaixo tem um CDC. A pergunta que eu acho que todo mundo vai pensar é: essa área é de competência de SVMA? Por que a SVMA está recuperando essa área que hoje é um CDC? Na verdade, é de competência de SVMA porque existe um processo contra a Prefeitura. A CETESB vem atuando, e dentro desse processo a PGM delegou para SVMA a investigação da área, Então, a PGM determinou que SVMA é tem que contratar, investigar e recuperar essa área. Então por isso que ela está dentro do projeto. As justificativas para fazer a recuperação - as principais, dentre outras - que a possível contaminação do solo e da água coloca em risco a saúde das pessoas que estão morando no lugar hoje e que frequentam o CDC, o comprometimento da qualidade da vida e do meio ambiente e as ações do Ministério Público e da CETESB no sentido de investigar a área. Por que que ela é uma área suspeita de contaminação? Esqueci de dizer. É uma área suspeita de contaminação porque no passado houve deposição de resíduo urbano, de lixo, então existe até a possibilidade de gás nessa área. Pode passar. Os serviços a serem realizados nessa área é avaliação preliminar e a investigação confirmatória. Já existe um TR que já foi elaborado pelo grupo técnico de áreas contaminadas. Esse é o orçamento estimado, mais ou menos R\$ 198 mil. E esse orçamento está dentro de uma Ata de RP que existe em COHAB, com os serviços de investigação ambiental, e já foi orçado dentro dessa Ata de RP. Próximo...A próxima é a Rua Coronel Sezefredo Fagundes, que é uma área bastante antiga. Quem já está há um certo tempo na Secretaria com certeza conhece essa área. É uma área que existe um TAC que a Secretaria do Verde assinou para recuperar essa área, para recuperar a degradação dessa área, que foi causada também pela deposição de resíduos e que, na época, a deposição de resíduos foi autorizada pela Prefeitura. Então por isso que a Prefeitura que tem a responsabilidade de recuperar essa área degradada. Existe um projeto já de recuperação da área degradada, mas a CETESB não aceitou, dizendo que primeiro a área teria que ser investigada, então nós fizemos uma investigação em 2008, e ela já apresentou algumas contaminações e a CETESB e pediu que fossem complementadas essas investigações. Então a justificativa é que esse local é uma área de preservação ambiental; então, tem que ser recuperado e mantido como uma área verde. A área foi usada preteritamente como descarga de resíduos sólidos e existe, como eu já falei, uma assinatura de um TAC pela própria Secretaria - do Secretário na época - com o compromisso de recuperar. Os serviços a serem realizados aí é avaliação complementar, contemplando as etapas

de investigação detalhada, avaliação de risco e elaboração de um plano de intervenção. O orçamento estimado para recuperação dessa área está mais ou menos em R\$ 360 mil. E por fim a Usina de Compostagem Vila Leopoldina, que acredito que talvez a maioria até conheça, que existe já um projeto de implantar um parque nesse local. Que ali na.. onde.. é área da SABESP até estava implantado o parque, mas por conta do Ministério Público ele foi fechado, e estão em tratativas de reabrir. E a proposta de ampliar o parque, pegando toda aquela área da usina. A área da usina também já teve algumas investigações realizadas e também já foi confirmado contaminação, mas, porém, a CETESB também está solicitando complementações, quer que faça investigações a mais para ter um diagnóstico completo da contaminação para que possa implantar o parque no local. As justificativas: que é uma área, como eu já falei, comprovadamente contaminada, que existe dentro de DEPAVE um projeto de parque para o local, que existe uma reivindicação da comunidade local para a implantação desse parque, existe ação civil pública, porque aí também existe um TAC, onde a Prefeitura também se comprometeu a implantar o parque. Mas a implantação do parque só pode ocorrer depois que existir um diagnóstico completo da contaminação existente. Os serviços a serem realizados é a complementação, a revisão do estudo que já foi feito, e a revisão do plano de intervenção, com orçamento estimado de mais ou menos R\$ 350 mil. Obrigada. É isso.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Rosimeire. Algum, alguém tem alguma dúvida, algum pedido de esclarecimento? Vamos prosseguir. O próximo é projeto de educação ambiental com as comunidades do entorno das represas Billings e Guarapiranga, tendo como objetos ocupação territorial, ciclo hidrológico, flora e fauna, doenças decorrentes da contaminação hídrica, gestão de resíduos, qualidade da água e alimentação saudável. É um projeto que me parece bastante consistente para essas regiões de São Paulo. Por favor, quem vai expor? Pamela e Michele, do DGD, é isso?

Michele - Bom dia a todos, eu sou Michele do DGD Sul. Então nós vamos fazer aqui uma mescla, e a Pamela também. Esse projeto está localizado dentro das extremidades; então, nos parques, principalmente de Capela do Socorro e Prefeitura Regional de M'Boi Mirim. Pode passar. É um projeto em conjunto com os três DGD, Sul 1, Sul 2 e Sul 3, por ter uma característica de educadores como interligados, uma integração no trabalho. O projeto está previsto para acontecer... então o foco é as duas represas; então, eu vou explicar... porque se trata de parques que margeiam as represas, então o intuito dele é as áreas de mananciais. É previsto um coordenador justamente para... de uma ONG que seja contratada, mas para ele fazer essa execução do projeto e os DGD ficariam com a parte de acompanhamento; três supervisores, porque se tratam de nove parques; nove agentes de educação ambiental, que são os executores de desenvolvimento das atividades e das oficinas temáticas; e 9 monitores, que o foco é a monitoria de trilha ambiental dentro desses parques que margeiam as represas. Essa previsão orçamentária baseada já em contratações que já teve dentro da Secretaria do Verde. Foi orçado também o projeto para um ano. A caracterização do projeto é a justificativa. Então, pensando na questão de áreas de mananciais, da importância em relação à disponibilidade da questão da água mesmo, dessa qualidade de água, na crise hídrica, em tudo isso, nós pensamos em atuar na ponta, que é o trabalho que o DGD já faz, mas com essa população. Então o que é que a gente consegue junto à população. Trabalhar nessa sensibilização para minimizar impacto que gera um custo para a administração pública; então, como que a gente consegue sensibilizá-los em relação a questões importantes que hoje a gente tem, principalmente nos DGD, com a fiscalização e a arborização, que é a questão do despejo de efluentes, né? Então toda a questão sanitária que tem principalmente nessas regiões de represa, a questão da ocupação irregular...Constantemente a gente tem notificação de invasão desses parques que estão margeando as represas e que tem um custo muito grande para a administração pública toda vez que a fiscalização tem que ser notificada para ir até esses parques, fazer essa desapropriação. E a baixa qualidade de vida dessas pessoas, então é uma questão socioambiental diante dessas pessoas que estão em áreas protegidas e de vulnerabilidade. A educação ambiental visa essas práticas de replicar, o que é que pode ser feito naquele contexto de um parque que está na beira de uma represa e que foi criado com o intuito de proteger esse corpo hídrico. Então, a gente tem a proposta de disseminar essas ações educadora, pensando numa transformação para uma comunidade um pouco mais sustentável, que consiga interagir de uma forma de baixo impacto, com ações de sensibilização,

mas também de multiplicação, dentro desses polos, que a gente pode chamar assim, que são esses nove parques.

Pamela - Gente, bom dia. Só complementando aqui o que a Michele disse para vocês. Você pode passar? Dentro da nossa justificativa também, nós do DGD, a gente tem uma relação muito direta com os administradores de parques da Macro Sul. A gente tem reuniões mensalmente com eles, a gente dando apoio técnico, desde equipamentos dos quais eles necessitam para realizar atividades até de estagiários ou também ou de convidar, articular com as pessoas que são atores dentro de cada território. Por exemplo, ontem a gente teve uma reunião com eles. A gente convidou o pessoal que trabalha com os animais sinantrópicos de cada parque a iniciativa de aderir a cada um deles. Então dentro dessa intimidade que a gente já tem há muito tempo, a gente acaba lidando com essa realidade dentro da ponta; então, a gente consegue entender a necessidade da comunidade dentro dessas dificuldades, desses desafios que eles possuem. Então filtrando essas dificuldades que são "n", a gente foca nas represas, que são importantes para o abastecimento básico da água dentro da região metropolitana de São Paulo e também pela qualidade de vida dessas pessoas que se encontram na ponta.

Michele - Então objetivo é desenvolver essas atividades com um cunho socioambiental dentro desses parques que margeiam essas duas represas (Billings e Guarapiranga) e até honrando a própria legislação de proteção dos mananciais. O público-alvo são os frequentadores dos parques, que cada parque, por final de semana de semana. Tem uma média de mil pessoas circulando. Dependendo do parque, é muito verão ou inverno, estação do ano, a gente tem um aumento nesse público. Moradores do entorno, então toda essa comunidade envoltória aos parques, os Conselheiros Gestores de todos os parques que eles atuam, como parcerias, com incentivo, e parceiros que a gente já trabalha em rede. Isso que a Pamela coloca desse trabalho que é feito com os administradores de parques da região sul já é um trabalho em rede, com alguns atores locais de instituições públicas e privadas, como o PAVS, o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, as DRE, junto às DRE regionais, as escolas, as seis EMEF. E assistência social também, porque a gente tem sécus (???) em alguns parques, tem os CCA, CCM que já trabalham conjuntamente com esses parques. Os parques onde vai ser desenvolvida essa proposta da represa são nove. Da Represa Billings é o Linear Cantinho do Céu, Jardim Prainha, Shangri-lá. Guarapiranga: Barragem de Guarapiranga, Guarapiranga, Praia do Sol, Linear Nove de Julho, Linear Castelo e Linear São José. O Linear Cantinho do Céu está no extremo no mapa. É aquele pontinho. Ele está na região do Grajaú, é um parque que foi implantado também com esse foco da preservação. São decks onde a população envoltória tem um uso muito frequente, uma avifauna bem significativa, e a gente tem alguns equipamentos também de terceira idade, porque é um parque diferente, porque ele segue a margem da represa com decks, vamos pensar assim. O Jardim Prainha é um parque que ele também está lá na Billings, dentro da comunidade do Grajaú. Então você tem que entrar na comunidade para chegar até o parque. A população do entorno foi um pleito dela a criação desse parque. Hoje ele já desenvolve algumas atividades e ele margeia também, então a gente tem um impacto lá muito grande e caça predatória, descarte de lixo e entulho. O parque Shangri-lá também está lá na região do Grajaú. Ele foi criado com o projeto de Defesa das Águas. Ele está dentro da APA Bororé-Colônia. Ele é um parque bem significativo, porque ele tem dois trechos e um dos trechos está dentro da Represa - a área da APA onde a gente também tem várias ocorrências de impactos ambientais. O Parque da Barragem ele também... todos os parques da orla foram construídos e consolidados com o projeto Defesa das Águas, visando isso da proteção da Represa. O Barragem é o primeiro parque indo pela Avenida Atlântica, antiga Robert Kennedy. Ele está na Barragem de Guarapiranga com a SABESP, então ele tem uma migração de aves espetacular, onde você pode avistar coruja. Só que a gente tem um impacto com a população de pescadores, então é um parque que precisa ser trabalhado com essas questões. O Parque Guarapiranga está na outra margem da represa, do outro lado da represa. É um parque mais antigo. Tem 37 anos e foi um parque feito justamente... quando ele foi criado, foi a proposta de preservação.. assim que foi construída a represa. Por ser um parque consolidado, ele ainda sofre algumas questões de impacto naturais - tem um grande deslizamento de terra que hoje interdita o acesso à represa, Além disso, ele recebe também ainda impacto de visitantes, porque ele também ele está numa região um pouco mais urbana, ele tem impacto, pressão dos dois lados, que são moradores, então ele sofre essa pressão dentro dessa região por não conseguir fazer essa função ecológica de proteger a represa. O Parque Praia do

Sol também na margem Guarapiranga. No projeto de Defesa das Águas foi a proposta dos parques Praia de São Paulo, então ele é um desses parques. Para vocês se localizarem, é onde tem o Quiosque da Lola, aquele problema que a gente tem territorial, só que é um parque super significativo, principalmente até em função desse quiosque ele recebe muitas pessoas aos finais de semana, tem uma avifauna também muito significativa e importante. O Parque Linear Nove de Julho também perto da região da UNISA. Um parque que hoje ele é... quando ele foi constituído nesse projeto, não foi pensado, então a gente tem uma demanda de escolas do entorno que já frequentam o parque, mas o parque não tem muitas condições. Então a gente trabalha com educação ambiental porque é um parque pequeno.. Um parque pequeno durante seis meses, porque ele está numa área dentro da manancial. Então durante seis meses a gente tem em seca e seis meses ele alagado, então a gente usa o parque com... justamente mostrando essa importância da represa e da água, como é que a gente trabalha com isso, que estamos dentro da represa, a questão territorial e urbana e também uma avifauna bem significativa - pavão matto, várias espécies em extinção que a gente têm ocorrências. E Parque Linear Castelo, também é um deck que foi feito na represa especificamente com um mirante para visualizar, ter essa parte contemplativa, mas de visualizar avifaunas, então ocorrências. Tem uma parte do parque que ela...só é feito o manejo, ela não tem acesso ao público, mas que a gente já tá com o problema de ocupação irregular. São parques que eu estou citando para vocês de preocupação mesmo, que hoje a gente tem no extremo sul. O São José também é bem parecido com o Nove de Julho. Na época de cheia você também perde metade do parque, então todo o trabalho do parque com a comunidade, com os parceiros, lideranças comunitárias é feito justamente focando isso: a importância das áreas de mananciais, a importância dessa represa, só que a gente também tem problemas lá de descarte irregular, porque é um parque que no final, bem já próximo a UNISA, em frente à garagem da Prefeitura de Capela do Socorro. Então são parques que nós pensamos, além dessa função ecológica, mas de garantia da permeabilidade do solo, garantia do microclima. Então todas essas questões ambientais que estamos no extremo sul e pensamos que precisa de uma ajuda para essas áreas continuarem se mantendo.

Pamela - Dentro dessa perspectiva que a Michele propôs agora para a gente, eu vou falar das metas de atividades que nós sugerimos a serem desenvolvidas nesse um ano de projeto. Temos oito atividades aqui, oito temas. Quero lembrar que os dois primeiros meses são de planejamento e os dois últimos, de encerramento. Então o primeiro tema que nós queríamos...que seja abordado é estrutura básica e funcionamento das represas, que é justamente isso: usar a ferramenta da educação ambiental para sensibilizar as pessoas da importância dos mananciais e do abastecimento básico, qual é o papel da distribuidora de água e também qual o seu diagnóstico de sua gestão e também a realização de trilhas monitoradas pelos monitores que serão contratados pelas ONGs. Depois, o histórico de formação e ocupação territorial, por que essas duas represas foram inseridas nesse território, qual o seu histórico, e por que ocorre a ocupação territorial, a gente sensibilizar, informar as leis específicas da APRM e também os impactos ambientais relacionados justamente a essa ocupação, o conceito de ciclo hidrológico e bacias hidrográficas, qual a importância de uma bacia hidrográfica, qual o papel ambiental dela dentro da sociedade e também para, para... Desculpa, gente, eu estou um pouco nervosa, é a minha primeira vez, desculpa. Qual que é o papel dela dentro da vegetação também, e a importância da flora e da fauna da Mata Atlântica, que é o bioma no qual nos encontramos. E junto com essas atividades que serão - lembrando que serão semanalmente, duas vezes por semana essas atividades - então cada tema: Mata Atlântica, espécies ocorrentes, o crime ambiental, que é o problema da caça, que já foi falado antes, alterações no ecossistema e as trilhas monitoradas que serão feita semanalmente e periodicamente, lembrando que esse é trabalho de formiguinha, lembrando que a educação ambiental é muito importante para transformar esse território, para fazer mudança de hábitos dessas pessoas e é por isso que é um trabalho recorrente. Outro tema: doenças vinculadas à poluição e contaminação hídrica. A gente sabe que a poluição das represas elas causam epidemias, com efeito muito grande na saúde pública e como nós podemos prevenir isso e qual é os meios de monitoramento dos níveis de poluição da água, do ar e do solo. A gestão de resíduos, que é uma questão muito importante levantada pela Michele, que em alguns parques têm o descarte incorreto de resíduos, então é muito importante a gente visar a visão dos quatro "R", da coleta seletiva, que também está muito forte, e dos efluentes, da saúde ambiental e também um sistema do minhocário, que é muito importante, da compostagem, e o monitoramento da qualidade de água. Nós temos uma parceria

com SOS Mata Atlântica, que é o Observando Rios. Tem uma estagiária responsável lá no DGD, que ela faz o monitoramento da qualidade de água nos parques, em alguns parques da orla da Billings e de Guarapiranga, e nós queremos continuar esse programa, essa parceria, dentro desse projeto também. E também a questão da alimentação saudável, que é super essencial, com oficinas de hortas orgânicas, plantas medicinais, as PANCs e também o plantio de mudas de plantas nativas da Mata Atlântica.

Michele - Todas essas atividades elas são pensadas mensalmente. Esses nove monitores - é um monitor para cada parque e um oficineiro para cada parque. As temáticas são mensais e você desenvolve os três eixos da sustentabilidade, então quando a gente fala de PANC, as plantas não convencionais, alimentícias não-convencionais, a gente já está trabalhando com a questão da economia solidária visando essa perspectiva que são populações vulneráveis, ou as outras questões que estão ligadas a questões ambientais e as questões ligadas a todas as tecnologias também quando se fala em gestão de resíduos, água com captação de coleta de chuva.

Pamela - E aqui a gente tem a tabela físico-financeira dessas atividades mensais. Nos separamos mês a mês, bimestral também. Nos primeiros meses a gente tem um gasto maior, que é a compra dos computadores, dos *data show*, dos equipamentos que serão necessários, dos xerox e tudo, e nos outros meses também está distribuído e no último mês, que é um mês encerramento, a gente pensou em fazer um seminário para mostrar o trabalho que foi feito nesse ano todo nos nove parques. Como o público será.. irá participar. A participação é presencial mesmo, efetiva, dentro dessas atividades das oficinas que serão feitas, trilhas. E as condições internas que serão favoráveis para que esse projeto seja efetivo pensamos que na participação de um Conselho Gestor ativo no CADES do distrito e nos colaboradores também. As condições desfavoráveis é que a gente não consiga atingir a sensibilização desejada. As externas favoráveis poderiam ser em relação às parcerias com outras instituições do poder público ou privado e as externas desfavoráveis é o *feedback* não efetivo, comunidade ausente ou o aumento da vulnerabilidade. A gente sabe que a gente está em áreas totalmente sensíveis, de alta vulnerabilidade social, então essa é uma condição que pode causar, que a gente prevê isso. O potencial de replicabilidade é a sensibilização dos envolvidos. A gente acredita que se a gente alcançar o objetivo pensado, a gente tem dentro dessas atividades que serão desenvolvidas. a gente tem uma difusão das questões socioambientais e terão maior probabilidade. E a continuidade dessas ações seria que a gente acredita que a partir desse momento que a sociedade é informada, ela tem a consciência de que é uma cidadã aqui do papel do cidadão dentro da sociedade e toma conta do seu território, tem essa apropriação do próprio território, a gente sabe que serão pessoas que irão replicar essas atividades dentro dos parques ou dentro de qual instituição que ela atua. O valor total de investimentos está previsto para aproximadamente R\$ 600 mil e o valor que será financiado no FEMA, R\$ 507 mil e a contrapartida R\$ 89 mil.

Michele - Esse valor, na verdade o que a gente usa mais é recurso humano. Então é um valor demasiado, né? Um montante alto devido a questão da contratação de agentes socioambientais e monitores educacionais, mas a gente acredita, dentro desse trabalho que já é feito, que o resultado até em valor para a administração pública seja bem maior, por que o gasto que a gente tem hoje com impostos de saúde - a gente já fez esse levantamento de doenças de pessoas que são atendidas recorrentemente com contaminação da água, alimento -, o que eu já citei, das ocupações irregulares, desfazimento, tudo isso é um retorno a longo prazo, mas que tem resultado, que vale a pena trabalhar com esse investimento para o território num valor local. Obrigada a vocês. Espero ter atendido. Tem alguma dúvida? Algum esclarecimento?

Orador não identificado - Eu só queria aprontar um risco que me pareceu... Sempre quando se fala de oficina tem aquele risco de fazer oficina para três pessoas. Também para quem faz, quem já trabalhou com educação, faz oficina, esse é um risco e também acho que é muito essencial, e como você mesmo está colocando, o recurso, o grande volume de dinheiro que vai é justamente nos oficineiros. Então eu acho que tem um risco que... tem que ser pensado muito no detalhe, muito bem como como vai ser a sensibilização prévia das pessoas para irem nas oficinas. A gente tem muito exemplo, mesmo dentro da Prefeitura, tanto de sucesso quanto de fracasso por causa dessas ações prévias à sensibilização, que você pode conseguir três ou você pode conseguir 50 pessoas. E o efeito multiplicador é progressão geométrica.

Michele - Só esclarecendo, essas parcerias com os parques... justamente o projeto vende um desejo que já tem na ponta. Os parques que são mais periféricos eles muitas vezes não são atendidos por falta de pernas da própria Secretaria, mas com projetos de educação ambiental. O que acontece hoje é o administrador, a figura do administrador do parque, que ele mesmo desenvolve tudo, então desde a gestão do parque a atividades, a articulações locais. Então a proposta e essa integração com os administradores desses parques é essa garantia que todo o trabalho de sensibilização que já feito, que hoje eles já atuam dessa forma, garanta essas oficinas. Então também contamos com o que é já feito hoje também com assessoria de comunicação da própria Secretaria. Hoje nós temos uma parceria que todos os eventos feitos nas pontas nos parques eles já são divulgados via redes sociais, o que garantem tudo isso. Nosso trabalho também é articulação em rede nos CADES com as redes sociais para garantir esse público-alvo, que ele chega até o projeto. Tem mais alguém? Obrigada, gente.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado a Pamela e a Michele. Senhoras e Senhores, só para informar. Desses 18 projetos apresentados, se eles efetivamente se materializarem, eles vão consumir R\$ 8.786.880,35, ressalvando que, desse valor que eu acabei de informar, R\$ 2 milhões são recursos carimbados, que é para o estudo dos gases do efeito estufa. Então esses recursos já é definido, ele já tem uma dotação específica para isso, então deduz desses R\$ 8.786.880,35 os R\$ 2 milhões, então estão sendo investidos em vários projetos, em várias áreas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente apenas R\$ 6.700.000, então é possível, sim, fazer uma série de intervenções na ponta, contemplando o asseio, contemplando a sociedade civil e as necessidades da Secretaria com pouco recurso e em várias áreas. Isso é preciso ser feito levando em consideração que o FEMA dispõe desses recursos em conta bancária. É só Secretaria de Finanças ter a boa vontade de descongelar esses recursos e a gente poder operar e impulsionar novamente as várias áreas da Secretaria. Se alguém tiver mais alguma dúvida, alguma posição? Não, nenhuma? Muito obrigado a todos, vamos encerrar essa reunião e a próxima reunião certamente será uma reunião extraordinária, que já é para a deliberação e a fase final dos projetos. Pois não, Azzoni, pois não.

Alessandro Azzoni (Associação Comercial) - Nesse edital aqui que você falou do projeto de fomento e mapeamento de roteiros turísticos com iniciativa socioambientais... Eu sou Conselheiro do COMTUR, também da cidade de São Paulo. Eles já estavam desenvolvendo alguma coisa nesse sentido. Era legal fazer uma interação com eles... eles já tinham um projeto que eles já estavam bem avançados nessa parte dos pontos de ecoturismo e já estavam definindo isso já no final da gestão anterior e já iam colocar em prática. Então, já estava já uma coisa bem acelerada essa parte do projeto, então seria bom haver essa conversa para não haver dois eixos falando a mesma coisa, sendo que o projeto ali já estava andando.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Esse projeto vai ser feito o edital, né? Vai ser lançado à sociedade civil e elas vão apresentar projeto nessa direção. Aqui é apenas uma emenda, o projeto ele é mais amplo que isso. Ele vai ser lançado em edital e aqueles que tiverem expertise e corresponder ao que edital está formulando poderão se habilitar.

Alessandro Azzoni (Associação Comercial) - É que como já tem alguma coisa já com a Secretaria de Turismo, não sei se poderia fazer, em vez de.. para não repetir as mesmas coisas, mas fazer um complemento para o que não tá sendo atendido lá, para fazer a coisa ficar mais volumosa, ou seja, a gente complementar o deles e eles complementarem o nosso. Daí você acaba tendo um roteiro de ecoturismo muito mais profundo, para não ficar fazendo a mesma coisa. Seria uma ideia de ver o que eles estão fazendo lá e aprimorar o nosso edital aqui.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito. Está anotado para a gente observar isso aí. Mais alguma colocação, Senhoras e Senhores? Então encerramos essa, a 54ª reunião plenária extraordinária, realizada na data de hoje, 5 de maio de 2017. Damos por encerrado o trabalho. Obrigado a todos pela presença.